



ATAQUES GOLPISTAS

Polícia cumpre mandados de busca e apreensão contra o deputado federal Carlos Jordy, líder da oposição no Congresso. Investigadores passam a mirar parlamentares, ex-ministros e integrantes do governo anterior por suposto envolvimento nos atos

PF chega ao núcleo político dos ataques

» RENATO SOUZA

Após identificar os executores dos atos golpistas de 8 de janeiro, decifrar quem são e como atuaram os financiadores e incentivadores dos ataques, a Polícia Federal se debruça sobre o núcleo político dos atentados. Na mira, estão parlamentares, ex-ministros e integrantes da gestão anterior do Poder Executivo que mantiveram diálogo e conexões com os demais participantes das ações que levaram à invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília. Ontem, a corporação saiu às ruas para cumprir mandados de busca e apreensão contra o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), líder da oposição no Congresso.

Os agentes estiveram em endereços do parlamentar. Em Brasília, foram cumpridos dois mandados de busca contra ele: um no gabinete, na Câmara dos Deputados, e outro na residência do parlamentar. No imóvel, os agentes apreenderam o celular do congressista, um computador, além de uma arma que estava em posse dele e R\$ 1 mil em espécie.

As diligências foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da polícia, e fazem parte da 4ª fase da Operação Lesa-Pátria, que investiga os atos golpistas.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), mensagens obtidas pela PF apontam “forte ligação” de Jordy com Carlos Victor de Carvalho — identificado como um dos líderes dos atentados.

Carlos Victor morava em Campos dos Goytacazes (RJ), era vereador suplente da Câmara Municipal da cidade e servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em um documento de 21 páginas enviado ao STF, a PGR aponta que Jordy trocou mais de 600 mensagens, fotos, vídeos e outras mídias com Carlos Victor. As conversas ocorreram principalmente entre agosto e outubro de 2022, período eleitoral.

Agentes esperam que o material a ser colhido no celular leve a provas sobre a participação de outros parlamentares nos ataques.

Atualmente, três deputados são investigados no inquérito: André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Sílvia Waiãpi (PL-AP). Eles são alvo por postagens que podem ter incentivado os atos de depredação no dia em que houve as invasões.

Orientações

Segundo as apurações, após o ex-presidente Jair Bolsonaro perder as eleições, Carlos Victor pediu orientações e autorização a Jordy para deflagrar atos contra o resultado do pleito. O extremista liderava ao menos 15 grupos de redes sociais com objetivos antidemocráticos — de acordo com as acusações.

Em uma das mensagens, Carlos Victor pede orientações ao parlamentar. “Bom-dia, meu líder. Qual direcionamento você pode me dar? Tem poder de parar tudo”, declarou. Jordy pergunta se o acusado poderia atender uma ligação.

A PF diz que o extremista participou dos atentados em Brasília e, mesmo foragido, manteve contato com o deputado.

“No curso da investigação, quando da análise das mídias, de dados obtidos nas contas de e-mail ou em fontes abertas, foi possível colher indícios de que Carlos Victor de Carvalho possui fortes ligações com o deputado federal Carlos Jordy, que transpassam o vínculo político, vindo denotar-se que o parlamentar, além de orientar, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região”, sustenta a PF

Paulo Carneiro/Ato Press/Estadão Conteúdo



O deputado federal Carlos Jordy (PF) fala a jornalistas na sede da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, onde prestou depoimento

Reprodução



O extremista Carlos Victor Carvalho: “Bom-dia, meu líder”

Ed Alves/CB/DA.Press



A PF cumpriu mandado de busca no gabinete do parlamentar

Parlamentar fala em “perseguição”

» RENATO SOUZA
» PABLO GIOVANNI
» ALINE GOUVEIA

Para saber mais

Auxílio direto

Para o ministro Alexandre de Moraes, do STF, são “fortes os indícios de envolvimento de Carlos Jordy nos delitos apurados, mediante auxílio direto na organização e planejamento” de atos antidemocráticos — bloqueios de rodovias, bem como dos acampamentos nos arredores

Tenho muita tranquilidade. A não ser que estejam fazendo alguma armação para mim. E tudo me leva a crer que é isso. É uma pesca probatória com viés político. Não conheço ninguém que esteve no 8 de janeiro”

Carlos Jordy (PL-RJ), deputado federal

dos quartéis das Forças Armadas que se deram logo após o segundo turno das eleições presidenciais.

Na avaliação do magistrado, o inquérito aponta que o deputado “seria a pessoa que efetivamente orientava as ações em tese organizadas pelo extremista Carlos Victor, não se tratando portanto apenas de uma relação de afinidade entre ambos”.

“Os agentes foram até educados. Eu falei onde estava minha arma, pegaram meu celular, tentaram buscar outras coisas que pudessem me incriminar, mas não encontraram nada. Eu não sabia o que realmente era (a operação) até ter acesso a todas as notícias que estão circulando falando do 8 de janeiro”, completou o deputado.

O congressista prestou depoimento à PF, também ontem. Ele chegou à superintendência da corporação, no Rio de Janeiro, no fim da manhã e foi ouvido por pouco mais de uma hora.

Antes de depor, afirmou: “Tenho muita tranquilidade. A não ser que estejam fazendo alguma armação para mim. E tudo me leva a crer que é isso. É uma pesca probatória com viés político”.

Ofensiva contra o Judiciário

Parlamentares bolsonaristas de diversos partidos e dirigentes do PL criticaram a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizar a Polícia Federal a fazer busca e apreensão contra o deputado Carlos Jordy (PL-RJ).

Os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro classificaram a medida como perseguição política e articulam até tirar poderes do Judiciário, obrigando que ações judiciais contra deputados e senadores só sigam adiante após o endosso da Mesa Diretora das Casas.

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, disse estar indignado e com repulsa à decisão judicial do STF e da PF. Ele acusou parcela do Judiciário de adotar “medidas que causam espanto e temor” nos meios político e judicial. Falou em necessidade de conter o Poder Judiciário.

“Essa escalada de violência do Judiciário contra parlamentares da oposição e gente do povo precisa ser contida, pelo bem da democracia brasileira. Não dá para uma democracia existir de verdade quando o próprio Poder Judiciário não respeita a Constituição e fere a autonomia dos demais Poderes da República”, disparou nas redes sociais. “O Congresso é soberano, e seus integrantes não podem ser intimidados como no caso do líder Jordy.”

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) chamou a busca feita pela PF de “óbvia perseguição política combinada com sorriso de vingança no canto da boca”. Na postagem nas redes, ele escreveu que “a forma como essa investigação está sendo conduzida é muito mais lesa-pátria que o próprio 8 de janeiro”. “A continuidade dela, além de autoritarismo e arrogância, é o mesmo que querer culpar a mulher que foi estuprada, ou seja, quem defende a democracia passou a ser o errado.”

O deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS), que preside a Comissão de Segurança Pública na Câmara, também defendeu o colega. “Lesa-pátria é a omissão do Parlamento brasileiro, que há quatro anos permite as intermináveis covardias e abusos de ministros do STF”, frisou.

PEC contra o STF

O caso levou o também bolsonarista Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) a colher assinaturas para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) em reação ao episódio. O parlamentar sergipano quer que quaisquer ações judiciais, mandados de busca e apreensão e investigações contra deputados e senadores só sigam adiante após serem submetidos e aprovados pela Mesa Diretora dessas duas Casas.

Para apresentar a PEC, Valadares tem que recolher 171 assinaturas. Na justificativa, ele argumenta que a iniciativa visa proteger o mandato dos parlamentares contra “os repetidos abusos cometidos” pelo Judiciário.

“São ações que visam apenar intimidar e amedrontar os detentores de mandatos eletivos, o que leva ao constrangimento público e macula a imagem de um membro do Poder Legislativo, como no caso acontecido recentemente com o deputado federal Carlos Jordy”, destacou. “Uma medida que aconteceu durante o recesso parlamentar, época em que a resposta do colegiado legislativo tende a ser mais demorada, o que se agrava e transmite-se a ideia de intimidação e coação”, justificou Valadares.